

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL
RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

31 DE DEZEMBRO 2022 E 2021

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A

São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
<i>Ativo circulante</i>				<i>Passivo circulante</i>			
Caixa e equivalente de caixa	5	2.719	2.108	Empréstimos	8	9.352	5.962
Contas a receber de clientes	6	713	1.028	Fornecedores	9	498	580
Créditos tributários a compensar	-	-	31	Obrigações trabalhistas e sociais	10	508	453
Adiantamentos	-	17	17	Obrigações fiscais	11	190	157
Despesas antecipadas	-	65	56	Parcelamentos de impostos	12	761	743
		<u>3.514</u>	<u>3.240</u>	Imposto de renda e contribuição social	16	661	515
				Adiantamento de clientes	-	-	41
						<u>11.970</u>	<u>8.451</u>
<i>Ativo não circulante</i>				<i>Passivo não circulante</i>			
Partes Relacionadas	13	9.977	-	Empréstimos	8	16.667	6.019
Títulos e Valores Mobiliários	-	19	-	Fornecedores	9	-	162
Intangível	7	23.405	23.786	Parcelamentos de impostos	12	2.045	2.532
		<u>33.401</u>	<u>23.786</u>	Lucros e dividendos a distribuir	13	-	1.533
				Provisão para contingências	14	292	282
				Outros débitos	-	91	53
						<u>19.095</u>	<u>10.581</u>
				<i>Patrimônio líquido</i>			
				Capital social	15	4.875	4.875
				Reservas de lucros		975	3.119
						<u>5.850</u>	<u>7.994</u>
Total do ativo		<u>36.915</u>	<u>27.026</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>36.915</u>	<u>27.026</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	17	21.298	12.308
Custo dos serviços prestados	18	<u>(6.822)</u>	<u>(5.630)</u>
Resultado operacional bruto		<u>14.476</u>	<u>6.678</u>
Despesas administrativas e gerais	19	(2.768)	(1.458)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	<u>(9)</u>	<u>18</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>11.699</u>	<u>5.238</u>
Receitas financeiras	-	66	85
Despesas financeiras	-	<u>(2.925)</u>	<u>(1.725)</u>
Resultado financeiro líquido	20	<u>(2.859)</u>	<u>(1.639)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>8.840</u>	<u>3.599</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	(2.493)	(1.455)
Lucro líquido do exercício		<u><u>6.347</u></u>	<u><u>2.144</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.347</u>	<u>2.144</u>
Resultado abrangente total	<u><u>6.347</u></u>	<u><u>2.144</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros		Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.875	975	801	6.651
Lucro líquido do exercício	-	-	2.144	2.144
Distribuição de dividendos	-	-	(801)	(801)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.875	975	2.144	7.994
Lucro líquido do exercício	-	-	6.347	6.347
Distribuição de dividendos desproporcionais	-	-	(6.904)	(6.904)
Distribuição de dividendos mínimos	-	-	(1.587)	(1.587)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.875	975	-	5.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

CTRC - CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.347	2.144
<i>Ajustes para reconciliação do resultado</i>		
Depreciação e amortização	1.636	1.584
Imposto de renda e contribuição social	2.493	1.455
Juros sobre empréstimos	2.985	993
Reversão (constituição) de provisão para contingência	10	192
Constituição (reversão) de provisão para crédito de liquidação duvidosa	443	77
	<u>13.914</u>	<u>6.445</u>
<i>(Aumento) / Redução dos ativos</i>		
Contas a receber de clientes	(128)	(343)
Créditos tributários a compensar	31	(31)
Adiantamentos	-	(17)
Despesas antecipadas	(9)	16
Titulos e Valores Mobiliarios	(19)	-
<i>Aumento / (Redução) dos passivos</i>		
Fornecedores	(244)	(79)
Obrigações trabalhistas e sociais	55	52
Impostos e contribuições a recolher	33	(60)
Parcelamento de impostos	(469)	1.081
Outras contas a pagar	38	(15)
Adiantamento de clientes	(41)	11
Juros pagos	(2.013)	(993)
Imposto de renda e contribuição social	(2.347)	(1.339)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>8.801</u>	<u>4.728</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de intangível	(1.255)	(410)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.255)</u>	<u>(410)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos distribuídos	(10.024)	(1.000)
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	(9.977)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	20.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.934)	(2.200)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>(6.935)</u>	<u>(3.200)</u>
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>611</u>	<u>1.118</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.108	990
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.719</u>	<u>2.108</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>611</u>	<u>1.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CTRC – CONCESSIONÁRIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE CAMPINAS S.A (“CTRC” ou “Companhia”) foi constituída em 08 de fevereiro de 2007, com sede na Rua Dr. Pereira Lima 000, Terminal Rodoviário na cidade de Campinas no estado de São Paulo, com o objetivo social de explorar sob regime de concessão, os serviços públicos de operação, administração, manutenção, conservação e comercial do terminal rodoviário de Campinas no Estado de São Paulo.

A Empresa pertence às Sociedades L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Os serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Campinas através do contrato número 13/2007 assinado em 27 de fevereiro de 2007, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de concorrência Pública número 037/2006, são por outorga de concessão a título oneroso. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do referido contrato de concessão.

A Companhia deu início às suas atividades operacionais em 1º de julho de 2008.

A Companhia possui suporte financeiro das acionistas L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 – Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Nota explicativa nº 14 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências e principais premissas sobre a probabilidade de magnitude de saída de recursos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR (valor justo através do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Esta escolha é feita por investimento individualmente.

(iii) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou tenha sido designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(vi) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(vii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos de hedge.

b) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

(ii) Direito de exploração de infraestrutura

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	30 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	10 anos
Software.....	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

c) Redução do valor recuperável– Impairment

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio de resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não considera em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Provisões de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Na há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com relação a este assunto.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h) Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado.

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

i) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1).

A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

j) Receita operacional

(i) Embarque e utilização do terminal

As receitas decorrentes de embarque e utilização do terminal são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados.

(ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com Companhias de transporte, lojas, e restaurantes localizados no terminal rodoviário é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iii) Serviços aos usuários

A receita de serviços prestados de guarda-volumes, estacionamento, utilização de sanitários e banho aos usuários do terminal rodoviário é reconhecida no resultado no momento que o serviço é prestado.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, as variações cambiais passivas e as tarifas bancárias.

l) *Gerenciamento do risco financeiro*

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia. A administração não vê risco de crédito uma vez que as transações são realizadas com sua Matriz. Atualmente, o risco é oriundo das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

4. NOVOS NORMATIVOS CONTÁBEIS

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos de seguro (alterações à IFRS 17 e à IFRS 4);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e à Declaração de Práticas IFRS);
- Emendas à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Joint Venture e à IAS 28/CPC 18 (R2);
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Divulgação de Políticas Contábeis;
- IFRS Practice Statement 2 Emendas à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contabilísticas;
- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações à IAS 1);
- Definição de estimativas contabilísticas (alterações à IAS 8); e
- Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos resultantes de uma única transação (alterações à IAS 12).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1	1
Bancos	1.701	1.218
Aplicações financeiras	983	862
Numerários em trânsito	<u>34</u>	<u>27</u>
	<u>2.719</u>	<u>2.108</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 10% e 100% da SELIC. Seu aumento ocorreu, principalmente, pela retomada gradual das atividades da Companhia ao longo de 2022 e 2021.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição dos saldos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Locações a receber	1.647	1.519
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(934)</u>	<u>(491)</u>
	<u><u>713</u></u>	<u><u>1.028</u></u>

b. Abertura por idade do contas a receber:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	735	510
Vencidos de 1 a 30 dias	35	36
Vencidos de 31 a 120 dias	92	371
Vencidos de 121 a 180 dias	55	112
Vencidos acima de 181 dias	<u>730</u>	<u>491</u>
	<u><u>1.647</u></u>	<u><u>1.519</u></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando, principalmente, os títulos vencidos há mais de seis meses. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas da realização dos créditos e leva em conjunta a particularidade do negócio em sua determinação.

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1° de janeiro	(491)	(413)
Reversão (constituição)	<u>(443)</u>	<u>(78)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>(934)</u></u>	<u><u>(491)</u></u>

7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível correspondente a software e à concessão para exploração da infraestrutura e apresentam as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

	2021	2022		
	Valor líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23.566	44.127	(21.403)	22.724
Móveis e utensílios	63	512	(411)	101
Máquinas e equipamentos	140	5.050	(4.711)	339
Equipamentos de informática	16	689	(631)	58
Software	2	300	(117)	183
	<u>23.786</u>	<u>50.678</u>	<u>(27.273)</u>	<u>23.405</u>

b. Movimentação do custo do ativo intangível

	2021	2022		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	43.417	710	-	44.127
Móveis e utensílios	462	50	-	512
Máquinas e equipamentos	4.792	266	(8)	5.050
Equipamentos de informática	638	51	-	689
Software	114	186	-	300
Obras em Andamento	-	907	(907)	-
	<u>49.423</u>	<u>2.170</u>	<u>(915)</u>	<u>50.678</u>

c. Movimentação da amortização do ativo intangível

	2021	2022		
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(19.851)	(1.553)	-	(21.404)
Móveis e utensílios	(399)	(12)	-	(411)
Máquinas e equipamentos	(4.652)	(67)	8	(4.711)
Equipamentos de informática	(622)	(9)	-	(631)
Software	(112)	(4)	-	(116)
	<u>(25.636)</u>	<u>(1.645)</u>	<u>8</u>	<u>(27.273)</u>

Em função do contrato de concessão do Terminal Rodoviário firmado pela Companhia, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão firmado entre o Poder Concedente, sendo a Prefeitura de Campinas - SP, e a CTRC Concessionária do Terminal Rodoviário de Campinas S.A., denominada Concessionária, não prevê o reembolso financeiro dos investimentos efetuados na construção do Terminal Rodoviário. Diante disso, a Companhia não reconhece ativo financeiro decorrente do referido contrato de concessão.

Conforme descrito no contato, o termo de compromisso firmado pela Companhia é a construção do terminal rodoviário, incluindo obras de infraestrutura, aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos, rede lógica, painéis eletrônicos, circuitos fechados de monitoramento – CFTV e outros itens que incorporam a infraestrutura do terminal. O valor global estimado é de R\$ 470.000 equivale à remuneração total do contrato de concessão durante o período de 30 anos.

Na cláusula sétima, parágrafo 17.1, do contrato de concessão foi determinado à reversão dos bens adquiridos ou construídos, incluindo instalações, equipamentos, sistemas, maquinários, móveis e utensílios, ao Poder Concedente no término do prazo do contrato de concessão.

O montante registrado no ativo intangível corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de utilização do terminal rodoviário. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, determinado pela cláusula sexta, parágrafo 16.1 do contrato de concessão, sendo de 30 anos, a amortização desse ativo intangível é realizada de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo e o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia, não podendo ser retirados, alienados, concedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente, que regulamenta a desvinculação de bens da concessão do Terminal Rodoviário, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o impairment dos bens com a vida útil definida, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

8. EMPRÉSTIMOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 21.

	<u>Taxa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - cessão de recebíveis	CDI + 3%	6.019	11.683
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 1,94%	-	298
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 3,54%	<u>3.333</u>	<u>-</u>
		<u>9.352</u>	<u>11.981</u>
<u>Passivo não circulante</u>			
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	CDI + 3,54%	<u>16.667</u>	<u>-</u>
		<u>16.667</u>	<u>-</u>
Total		<u><u>26.018</u></u>	<u><u>11.981</u></u>

A Companhia mantém em seus empréstimos garantias e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas, quantitativas e qualitativas, referente aos empréstimos foram integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a. *Garantias de cessão de direitos*

Os empréstimos vigentes possuem como garantias o total dos recebíveis no período vigente do contrato (100% do total arrecadado, dos créditos futuros de que a Companhia é titular, oriundos da concessão de serviços públicos para operação, administração, manutenção, conservação e exploração econômica e comercial do Terminal Rodoviário de Campinas, conforme disposto no Termo de Contrato nº 13/2007).

b. *Cláusulas restritivas (covenants)*

Na falta de cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, de forma individual ou conjunta pelo emitente, avalista(s) e interveniente(s), que façam parte do contrato, ou no caso de ocorrência de qualquer das hipóteses enunciadas nos artigos 1.425 e 333 do Código Civil Brasileiro, poderá ser considerada vencidas as obrigações assumidas e ser exigido o total da dívida e execução das garantias, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

A Diretoria monitora constantemente os termos contratados, a fim de garantir que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos pela Companhia.

Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a contratação junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A – BANRISUL, no total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) que serão amortizados em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas através da Tabela SAC, tendo como o primeiro vencimento em 10/04/2023. A taxa de juros de 0,2900% (zero vírgula, cinquenta e quatro por cento) ao mês e correspondendo a 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento) ao ano.

As obrigações assumidas no instrumento firmado com o BANRISUL, exige além do pagamento total da dívida e a execução de garantias, independente de aviso a notificação judicial ou extrajudicial, ou ainda:

- i. Se não forem cumpridas quaisquer das obrigações ou prazos previstos no presente instrumento;
- ii. Se inadimplirem qualquer obrigação de quaisquer outros instrumentos firmados com o BANRISUL;
- iii. Se (a) pessoa jurídica, for declarada a recuperação judicial ou extrajudicial, (b) se pessoa física, tornarem-se insolventes;
- iv. Se sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometam o cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento;
- v. Uma vez excedido o limite de crédito aberto ao (à) EMITENTE;
- vi. Se tiverem seus nomes inscritos no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos;
- vii. Ocorrer fato que possa das causas à diminuição do patrimônio, ou venha em desabono do conceito cadastral do (a) EMITENTE, tomando duvidoso o empreendimento ou a segurança de quaisquer das obrigações assumidas perante o BANRISUL;
- viii. Cisão, fusão ou, ainda, incorporação do (a) EMITENTE por outra companhia;
- ix. Alteração, direta ou indireta, do controle societário/acionário do (a) EMITENTE;
- x. Alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social do (a) EMITENTE que altere substancialmente as suas atividades;
- xi. Redução do capital social do (a) EMITENTE.

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1° de janeiro	11.981	14.181
Captações	20.000	700
(+) Carência sobre captação	-	-
(-) Pagamento do principal	(6.934)	(1.946)
(-) Pagamento de juros	(2.013)	(993)
Provisão de juros	<u>2.985</u>	<u>39</u>
Saldo de 31 de dezembro	<u><u>26.019</u></u>	<u><u>11.981</u></u>

d. Cronogramas de vencimentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2022	-	5.962
2023	9.352	6.019
2024	4.444	-
2025	4.444	-
2026 a 2027	<u>7.779</u>	<u>-</u>
	<u><u>26.019</u></u>	<u><u>11.981</u></u>

9. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	452	677
Outros	<u>46</u>	<u>64</u>
	<u>498</u>	<u>742</u>
Circulante	498	580
Não circulante	<u>-</u>	<u>162</u>
	<u>498</u>	<u>742</u>

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais e equipamentos para construção do terminal rodoviário e contas a pagar a autarquias municipais.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de férias	220	207
Salários e ordenados a pagar	113	90
INSS sobre férias	65	56
INSS a recolher	57	45
FGTS sobre férias	17	16
FGTS a recolher	17	15
Empréstimos consignados	10	10
IRRF sobre a folha de pagamento	9	9
Autonomos a Pagar	<u>-</u>	<u>5</u>
	<u>508</u>	<u>453</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 75 funcionários (70 em 31 de dezembro de 2021).

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISSQN a recolher	78	66
PIS e COFINS a recolher	79	65
Impostos retidos a recolher	<u>33</u>	<u>26</u>
	<u>190</u>	<u>157</u>

12. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Parc. Nº 10830-406880/2021-48	718	821
Imposto de Renda	659	796
PERT - Lei 13.496/17	497	524
IRPJ e CSLL Nº 004.941.895	343	362
Contribuição Social	246	298
INSS - 2021	120	166
INSS - 2022	31	83
Cofins s/ Faturamento	120	145
Pis s/ Faturamento	26	31
Pis e Cofins Nº 004.940.079	46	49
	<u>2.806</u>	<u>3.275</u>
Circulante	761	743
Não circulante	<u>2.045</u>	<u>2.532</u>
	<u>2.806</u>	<u>3.275</u>

Os parcelamentos simplificado de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados à partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo o saldo total sido parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi aderido em consonância com a LEI Federal nº 13.496/17, na qual a Companhia parcelou IRPJ de períodos anteriores tendo como o saldo total parcelado em 150 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.

O cronograma previsto de vencimento das obrigações de parcelamentos a pagar está descrito a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
2022	-	743
2023	761	685
2024	730	658
2025	695	631
2026 a 2030	<u>620</u>	<u>558</u>
	<u>2.806</u>	<u>3.275</u>

13. PARTES RELACIONADAS

a. Transações com partes relacionadas no ativo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>Ativos</i>		
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda	3.492	-
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	3.492	-
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	<u>2.993</u>	<u>-</u>
	<u>9.977</u>	<u>-</u>

Refere-se a mútuos com sócios e empresas ligadas, sem correção de juros e sem data prevista para liquidação. A Companhia não esperar ter perdas na realização desses ativos

b. Transações com partes relacionadas no passivo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo em 1° de Janeiro	1.533	1.732
Dividendos do exercício de 2020 provisionados	-	801
Dividendos do exercício de 2021 provisionados	2.144	-
Distribuição de dividendos mínimos	1.587	-
Antecipações de dividendos	4.760	-
Pagamento de dividendos	<u>(10.024)</u>	<u>(1.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>1.533</u>

c. Remuneração da Administração

Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas pela Companhia.

d. *Despesas de gerenciamento e Administração*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	<u>2.310</u>	<u>1.180</u>
	<u><u>2.310</u></u>	<u><u>1.180</u></u>

Mensalmente a Companhia remunera a quotista Socicam – Administração, Projetos e Representações Ltda., pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 10% sobre o resultado operacional e 4% sobre a receita líquida.

e. *Controladora*

A Companhia é controlada em conjunto por suas sócias L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda., Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e a Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.

14. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

Com base em análise das demandas judiciais pendentes quanto às ações cível, tributárias e trabalhistas, com base na avaliação de cada causa e experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Administração decidiu constituir provisão para as referidas causas, cujas perdas foram avaliadas por seus assessores jurídicos como prováveis, no montante de R\$ 292 (R\$ 282 em 2021), conforme demonstrado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>2022</u>
Cível	-	8	-	8
Trabalhista	<u>282</u>	<u>125</u>	<u>(123)</u>	<u>284</u>
	<u><u>282</u></u>	<u><u>133</u></u>	<u><u>(123)</u></u>	<u><u>292</u></u>

As ações em curso em 31 de dezembro de 2022, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam R\$ 266 (R\$ 210 em 31 de dezembro de 2021). Nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 4.875.000 ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 por ação, no montante de R\$ 4.875.

As ações correspondentes a cada sócia são representadas abaixo:

	Quotas (em milhares)			
	2022	%	2021	%
L.I.V. Participações e Empreendimentos Ltda.	1.706,50	35	1.706,50	35
Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda.	1.706,50	35	1.706,50	35
SOCICAM - Administração, Projetos e Representações Ltda.	1.462,00	30	1.462,00	30
	<u>4.875,00</u>	<u>100</u>	<u>4.875,00</u>	<u>100</u>

b. Dividendos

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, 25% do lucro anual deve ser destinado a título de dividendos a distribuir aos seus acionistas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 este montante foi de R\$ 1.586 (R\$ 536 em 2021), respectivamente, conforme segue:

	Valores
Resultado do exercício	6.347
(-) constituição da reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>6.347</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>25%</u>
	<u>1.587</u>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovado pelos sócios a distribuição de dividendos desproporcionais no montante de R\$6.904, os quais foram distribuídos e abatidos da reserva de lucros

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 referida reserva não foi constituída pelo fato de ter atingido seu limite de acordo com as regras vigentes.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei Sociedade por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a compensação de prejuízos, constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E – Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO

O cálculo das despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado pela alíquota combinada é demonstrado como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	22.949	13.251
Alíquota fiscal combinada	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(7.344)</u>	<u>(4.240)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u><u>(2.493)</u></u>	<u><u>(1.455)</u></u>
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	<u><u>661</u></u>	<u><u>515</u></u>

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Embarque e utilização do terminal	14.366	7.904
Locações	6.667	3.965
Serviços a usuários	1.881	1.258
Cartões e recargas	5	11
Ordens de serviços	16	7
Outras	64	324
	<u>22.999</u>	<u>13.469</u>
<u>Abatimentos</u>		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(1.651)	(942)
(-) Serviços cancelados	<u>(50)</u>	<u>(219)</u>
	<u>(1.701)</u>	<u>(1.161)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>21.298</u></u>	<u><u>12.308</u></u>

Embarque e utilização do terminal

São valores cobrados dos usuários para embarque no terminal rodoviário. São três tipos de tarifas: curta distância, longa distância (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado) e Federal (regulamentada e com valores calculados pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres).

As receitas de embarque sofreram oscilações positivas em comparação ao exercício anterior, em função da retomada gradual das atividades da Companhia.

Locações

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal rodoviário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia. As receitas acessórias do terminal, sofreram oscilações positivas em comparação ao ano anterior em função da retomada gradual das atividades da Companhia.

Serviços a usuários

São serviços oferecidos a usuários do terminal rodoviário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e ordenados	(1.783)	(1.851)
Amortização e depreciação	(1.644)	(1.584)
Serviços públicos	(1.183)	(1.049)
Serviços contratados	(3.382)	(965)
Outros custos com colaboradores	(457)	(393)
Férias e 13º salário	(476)	(393)
Outorga, taxas e participações	(459)	(266)
Outros custos	<u>2.562</u>	<u>871</u>
	<u><u>(6.822)</u></u>	<u><u>(5.630)</u></u>

Os custos de operação da Companhia referem-se basicamente a custos fixos. Por esse motivo, mesmo com o expressivo aumento nas receitas durante o exercício corrente, os custos da Companhia não sofreram grandes oscilações

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gerenciamento e administração	(2.310)	(1.180)
Despesas gerais	(6)	(201)
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	(443)	(77)
Outras provisões	<u>(9)</u>	<u>-</u>
	<u><u>(2.768)</u></u>	<u><u>(1.458)</u></u>

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i><u>Receitas financeiras</u></i>		
Receita de juros	37	74
Receita de aplicações financeiras	<u>29</u>	<u>11</u>
	66	85
<i><u>Despesas financeiras</u></i>		
Juros sobre empréstimos	(2.013)	(993)
Descontos concedidos a clientes	(6)	(82)
Despesas bancárias	(385)	(13)
Outras despesas financeiras	<u>(521)</u>	<u>(637)</u>
	(2.925)	(1.725)
Resultado financeiro líquido	<u>(2.859)</u>	<u>(1.639)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) *Risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, o risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições contábeis, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	1.736	1.246
Aplicações financeiras	983	862
Contas a receber	<u>713</u>	<u>1.028</u>
	<u>3.432</u>	<u>3.136</u>

b) *Risco de liquidez*

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(i) *Ativos financeiros*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.736	1.246
Aplicações financeiras	983	862
Contas a receber	<u>713</u>	<u>1.028</u>
	<u>3.432</u>	<u>3.136</u>

(ii) *Passivos financeiros*

		<u>2022</u>			
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 -12 meses</u>	<u>Maior 12 meses</u>
<i>Passivo financeiros não derivativos</i>					
Empréstimos	26.019	26.019	4.676	4.676	16.667
Fornecedores	498	498	417	81	-
		<u>2021</u>			
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 -12 meses</u>	<u>Maior 12 meses</u>
<i>Passivo financeiros não derivativos</i>					
Empréstimos	11.981	11.981	2.981	2.981	6.019
Fornecedores	580	580	445	135	-

c) *Hierarquia dos instrumentos financeiros*

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia:

- Nível 1 - Preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços
- Nível 2 - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.
- Nível 3 - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos

d) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

As aplicações contábeis, são registradas pelo valor justo por meio do resultado e classificados como Nível 2. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

22. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 2% do faturamento bruto efetivamente obtido mensalmente advindo da exploração do terminal rodoviário de Campo Grande, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Os valores estão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 18).

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

Leandro Antônio Grisi
Diretor

Rodrigo Fernandes de Toledo
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC 1SP243887/O-3

* * *